



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

ATA N.º 01/2017

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária Maria Odete Pinho Cabral e da Segunda Secretária Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Paulo Nuno de Faria Reis, André Carvalho Almeida, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Jorge Alberto Rego França, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Octávio Manuel Borges Cabral, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, José Augusto Chora Félix, Gilberto de Sousa Borges, Adriano Manuel Mota Costa, Adriana Martins Falcão Rebelo e José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Hermano José Tavares de Medeiros Rego e Rui Fernando Dinis Borges de Meneses.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, Marco Paulo da Silva Teixeira e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

Esteve presente a assistir à sessão o cidadão Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado que manifestou a intenção de intervir, no período de intervenção ao público, dois elementos do Jornal Diário da Lagoa e o Eng.º Nelson Santos, da empresa Recolte, empresa que presta o serviço de recolha de RSU no Concelho de Lagoa.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Referiu que antes de dar início aos trabalhos, gostaria de saudar a

Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos.

Expôs que esta foi a 1.^a sessão ordinária do presente ano. Mais um ano de trabalho e de novos desafios, ainda mais, que este é o último ano do mandato para que foram eleitos.

Todos, coletiva e individualmente, são portadores de um projeto e de uma perspectiva para o Concelho de Lagoa, que colocam ao serviço do bem comum, por isso, espera que juntos, e a partir dos contributos individuais de todas as Senhoras e Senhores Deputados, bem como do elenco camarário, como até agora tem-se verificado terminem este percurso com a convicção de que a sua missão foi cumprida, representando os valores e interesses dos Lagoenses, no exercício do seu poder deliberativo e fiscalizando o desempenho da Câmara Municipal.

Para além disso, novos desafios avizinham-se, uma vez que o tema da reorganização administrativa volta a estar em cima da mesa com a reformulação ou uma nova lei das Finanças Locais, que apesar de não sabermos quais as implicações para a região, a nova lei aposta na descentralização de competências, para um maior desenvolvimento dos territórios, pelo que a função de um autarca ganha renovadas dimensões no contexto político e social. Importa por isso, estreitar relações com aqueles que são os nossos concidadãos, como agentes de qualquer mudança.

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que cumprindo o estabelecido na Lei foi, previamente, convocada a cidadã Andrea Alexandra Rodrigues França Ferreira, para integrar a composição desta Assembleia Municipal, na sequência do falecimento do membro Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, mas justificou que por razões de ordem pessoal não tinha condições para integrar a composição desta Assembleia, pelo que se passou ao cidadão, imediatamente, a seguir na ordem da respetiva lista, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

Deste modo, saudou o novo membro da Assembleia Municipal, José Augusto Chora Félix, pelas funções que acabou de ser investido de deputado municipal, pela lista do PS – Partido Socialista, na certeza do seu empenho e dedicação à causa pública. Deu-lhe as boas vindas neste Órgão Deliberativo do Município de Lagoa – Açores e desejou-lhe as maiores felicidades e um excelente trabalho.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal congratulou a Junta de Freguesia da Ribeira Chã e a Associação Cultural dos Remédios, pela dinâmica cultural que têm dado ao Concelho de Lagoa, com a realização do IV Festival da Malassada e o 12.º Festival das Cantorias ao Desafio, respetivamente.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da quinta sessão ordinária, do dia 28 de novembro de 2016.

A ata foi aprovada, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 29 de novembro de 2016 a 21 de fevereiro de 2017, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Hermano José Tavares de Medeiros Rego e Rui Fernando Dinis Borges de Meneses foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2017.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NORBERTO PONTE:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o Voto de Pesar pelo falecimento de Norberto Ponte, que abaixo se transcreve:

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NORBERTO PONTE

Faleceu no passado dia 22 de janeiro de 2017, Norberto Ponte, militante do Partido Socialista e deputado municipal desta Assembleia, cargo que exercia desde 2005.

Norberto Ponte contava com 44 anos, tendo dedicado a sua vida ao setor da restauração, na cidade de Lagoa, sendo reconhecido pela sociedade não só pela sua capacidade empreendedora, mas também pela seriedade e competência como conduzia as suas ações empresariais. Foi um empresário empenhado, defendendo os interesses do seu concelho e dos empresários de Lagoa, enquanto Presidente do Núcleo de Empresários – NELAG.

Também na defesa de causas públicas, fundou, em 2007, a Associação Musical de Lagoa, através da criação de uma Orquestra Ligeira e de uma Escola de Música, a qual ainda presidia, contribuindo para a divulgação da cultura musical no concelho de Lagoa.

O seu desaparecimento traduz-se numa significativa perda para a Lagoa e para a política autárquica.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis, proponho que, em sua homenagem, a Assembleia Municipal de Lagoa delibere o seguinte:

- 1) aprovar este voto de pesar;*
- 2) manifestar o seu profundo pesar, guardando um minuto de silêncio em memória de Norberto Ponte;*

3) dar conhecimento deste voto à família de Norberto Ponte, ao Núcleo de Empresários de Lagoa - NELAG e à Associação Musical de Lagoa."

Foi feito um minuto de silêncio em memória de Norberto Ponte.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Norberto Ponte;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Pesar à família de Norberto Ponte, ao Núcleo de Empresários de Lagoa - NELAG e à Associação Musical de Lagoa;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2016 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi presente o Relatório de Avaliação referente ao ano de 2016.

Por parte da Câmara Municipal foi cumprido o estabelecido no n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, pois foi enviado previamente o Relatório de Avaliação de 2016, para direito de consulta prévia, aos titulares do direito de oposição, Vereador do Partido Social-Democrata (PSD), Membros da Assembleia Municipal do Partido Social-Democrata (PSD) e Membro da Assembleia Municipal do Partido Centro Democrático Social - Partido Popular.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, do Relatório de Avaliação de 2016, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição.

PONTO N.º 3 – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DE 2016 – PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi presente a informação acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2016, com os exemplos de riscos e exemplos de

medidas, elaborados pelos responsáveis dos respetivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, dos relatórios de execução referentes ao ano de 2016, nos termos do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores.

PONTO N.º 4 – DECLARAÇÕES AO ABRIGO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO:

Pela Câmara Municipal foram presentes as Declarações, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, declarando que os compromissos plurianuais do Município de Lagoa, existentes a 31 de dezembro de 2016, se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, que a 31 de dezembro de 2016, o Município de Lagoa não tinha pagamentos em atraso e a indicação de todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2016.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, das referidas declarações, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua atual redação.

PONTO N.º 5 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2017:

Pela Câmara Municipal foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto - Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Abertura de novas obras:

07010202 – Aquisição de Imóvel – Água de Pau – 1,00€

070101 – Aquisição de Terrenos – 90.000,00€

07010602 – Aquisição de Viatura – 1,00€

07010305 – Construção de Alpendres nas Escolas Manuel Medeiros Guerreiro e Tavares Canário – 1,00€

Construção de Pavilhão – Estrutura Metálica no Polidesportivo da Atalhada – 1,00€

Remodelação de Sede dos Escuteiros de Santa Cruz – 1,00€

Reforços:

020214 – Estudos, Projetos e Consultadoria - 9.170,00€

07030301 – Obra n.º 17/2016 – Valorização da Frente Marítima de Santa Cruz – 2.922,00€

Anulações:

07010307 – Obra n.º 25/2015 – Manutenção de Edifícios Municipais – 12.097,00€

110202 – Obra n.º 1/A/2016 – Promoção Turística – Eventos – 90.000,00€.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, saudou todos os presentes e fez referência que a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano prende-se com as candidaturas aos Fundos Comunitários e também aos projetos do Prorural já aprovados. Houve a necessidade de abrir rubricas nalguns casos e dotar verbas noutras áreas em que a Câmara Municipal irá investir.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

1.º Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante total de 102.097,00€ (cento e dois mil e noventa e sete euros), sendo 9.170,00€ (nove mil cento e setenta euros) de despesas correntes e 92.927,00€ (noventa e dois mil novecentos e vinte e sete euros) de despesa de capital, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, RESULTANTES DO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA, PARA A GESTÃO DA RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOA E A EMPRESA EIRSU, S.A.:

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de autorização para a assunção dos compromissos plurianuais, resultantes do contrato de Gestão Delegada, para a Gestão da Recolha de Resíduos Urbanos, celebrado entre o Município de Lagoa e a empresa EIRSU, S.A., que abaixo se transcreve:

“Considerando o que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal;

Considerando o Contrato de Gestão Delegada para a Gestão da Recolha de Resíduos Urbanos, celebrado entre o Município de Lagoa e a empresa EIRSU, S.A;

Proponho o seguinte:

- Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal autorização para a assunção dos compromissos plurianuais, resultantes do contrato de Gestão Delegada acima referido:

ANO	VALOR (€)
2018	260.000,00€
2019	260.000,00€
2020 até 2027	260.000,00€

- Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal aprovação das minutas em anexo.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

- 1.º** Aprovar a autorização para a assunção dos compromissos plurianuais, resultantes do contrato de Gestão Delegada e do Contrato-Programa acima referidos;
- 2.º** Aprovar as minutas do Contrato-Programa e do Contrato de Gestão Delegada para a Gestão da Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – DESIGNAÇÃO DE NOVO MEMBRO NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) DE LAGOA:

Na sequência do referido pelo Deputado Municipal Rui Meneses, na última sessão desta Assembleia Municipal, aquando da Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal no Conselho de Ilha de S. Miguel, que tinha disponibilidade para integrar o Conselho de Ilha de São Miguel mas abdicava da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa, ficou acordado que na próxima sessão da Assembleia Municipal seria designado um novo membro em substituição do Deputado Municipal Rui Meneses na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa.

Assim, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

- 1.º** Designar o seguinte membro, em substituição do Deputado Municipal Rui Meneses na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa:
 - André Carvalho Almeida;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção ao público e passou a palavra ao Senhor Carlos Augusto Furtado que manifestou a intenção de intervir.

O Senhor Carlos Augusto Furtado saudou todos os presentes e expôs que iria colocar uma questão e duas perguntas e gostaria que a Senhora Presidente da Câmara Municipal lhe respondesse.

Sobre a questão, referiu que, recentemente, foi anunciado um concurso sobre a intenção de tornar o Concelho mais florido e veio aqui com a intenção de contestar o regulamento que ficou previsto. Disse que se o Município tem capacidade para disponibilizar 1.750,00 € pelos três prémios, em sua opinião, está mal repartido, se vão convidar as pessoas para participarem num evento que tem custos com trabalho e manutenção porque o período é longo e as flores não duram esse tempo todo, seria um gesto bonito, por parte da Câmara Municipal, se disponibilizasse parte dos 1.750,00 € às pessoas que fizessem prova que já tinham feito investimento nas suas varandas. O valor seria entre os 10,00 € ou 15,00 € para os primeiros cem inscritos, por exemplo, e o restante valor ficaria afeto aos prémios. Reforçou que, em sua opinião, isso mostrava boa vontade, por parte da Câmara Municipal, em reconhecer o trabalho e investimento das pessoas e, por outro lado, reduzia o valor dos prémios, porque considera que um prémio no valor de 1.000,00 € vai causar discussão. Acrescentou que o concurso das montras que envolve prémios de menor valor, normalmente, dá sempre motivo de discussão.

Relativamente à primeira pergunta apresentou que esteve quatro anos na Vereação da Câmara Municipal de Lagoa, já saiu quase há quatro anos e estavam previstas obras de remodelação do Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau, no valor de 250.000,00 €. Foi publicada, recentemente, uma notícia que as obras foram no valor de 50.000,00 €, seguramente, que não é o total das obras e questionou se há previsão para o restante das obras.

O Senhor Carlos Augusto Furtado continuou a sua intervenção, referindo que a situação mais grave, para si, foi a forma ligeira como se votou nesta sessão, um encargo que representará 50,00 € por moradia do Concelho de Lagoa, durante 10 anos. Não viu ninguém questionar sobre os 260.000,00 € por ano que este Município terá que tirar às necessidades dos Lagoenses para ficar afeto a uma situação que não ficou minimamente esclarecida do que é que se trata. Em sua opinião, isso é gravíssimo. Os Senhores Deputados, tiveram acesso aos documentos, mas não apresentaram qualquer questão sobre um assunto tão importante. Lamentou e gostaria de saber se essa disponibilização que o Município vai ter durante 10 anos

se é para pagar a parte correspondente do Município de Lagoa à incineração que se pretende instalar em São Miguel.

Acrescentou que gostaria de saber qual a posição concreta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativamente à incineração em São Miguel, sabendo que a incineração que é feita na Ilha da Terceira é um fracasso.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Carlos Augusto Furtado e passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que relativamente à primeira situação apresentada, não foi uma questão, mas sim uma opinião, que ficou registada. Comentou que está a trabalhar na Câmara Municipal de Lagoa há dezassete anos e o Senhor Carlos Augusto Furtado já foi Vereador da Câmara Municipal de Lagoa e sabem muito bem que tudo quanto se faz é sempre alvo de crítica por algumas pessoas. Usam sempre argumentos para destruir aquilo que se faz, ou para denegrir, ou desvalorizar. Ficou registada a sua opinião, se viesse mais cedo poderia ter outros contornos, mas seja qual for o cenário, vai haver sempre contestação, seja com muito ou pouco dinheiro.

Sobre a segunda situação, as obras de remodelação do Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau, a Senhora Presidente da Câmara informou que foi uma obra que o ano passado, na inauguração das novas instalações da Unidade de Saúde de Água de Pau, anunciou que iria avançar. O projeto é o mesmo e vai custar, provavelmente, o mesmo que estava inicialmente previsto.

A notícia refere que as obras de remodelação do Cine Teatro Ferreira da Silva já estão a decorrer na Vila de Água de Pau, tendo já sido removido todo o telhado, procedendo-se, agora, à colocação da nova cobertura, num investimento autárquico que ascende os 50 mil euros. Foi a primeira fase dos trabalhos, quando o telhado estiver concluído, irão decorrer os restantes trabalhos que serão executados por administração direta, pelos trabalhadores da Câmara Municipal. Usando a mão-de-obra da Câmara Municipal será mais barato do que adjudicar a um empreiteiro, mas, provavelmente, dada a dimensão do edifício não custará muito menos do que os 250.000,00 €.

Relativamente aos encargos com a recolha dos resíduos sólidos, os Senhores Deputados Municipais não questionaram porque a política tem sido de grande transparência e este assunto já foi discutido e explicado numa outra sessão desta Assembleia Municipal. Trata-se do compromisso financeiro que o Município despense para ter o serviço de recolha de resíduos sólidos que dispõe, diariamente. Se algum dia o Senhor Carlos Augusto Furtado encontrar uma empresa que se disponha a prestar este serviço com menos custos, a empresa EIRSU, S.A.,

entidade que gere a recolha dos resíduos sólidos nos Concelhos de Lagoa, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande, decerto receberá com bom agrado a proposta.

Este foi um procedimento que decorre da Lei, aprovação pela Assembleia Municipal de encargos plurianuais que terão reflexos nos anos futuros. A Câmara Municipal nunca faltou ao pagamento com nenhum fornecedor e encerrou o ano sem dívidas a fornecedores.

Sobre a incineradora, a Senhora Presidente da Câmara referiu que todos temos preocupações ambientais. A incineradora da Ilha da Terceira não é idêntica à proposta para a incineradora da Ilha de São Miguel, que é mais cara porque tem uma solução técnica diferente. Já houve duas sessões públicas para esclarecimentos, tendo a última sessão decorrido na Cidade de Lagoa, com Técnicos devidamente habilitados para explicar todo este processo. A AMISM continua disponível para esclarecer qualquer pessoa com dúvidas sobre o processo.

Informou de que, brevemente, a Câmara Municipal irá disponibilizar mais um serviço à comunidade Lagoense, no âmbito da recolha de resíduos, a abertura de um Ecocentro no Parque Municipal de Obras. O Ecocentro está disponível de segunda a sexta-feira e as pessoas poderão deixar lá os seus resíduos. Nesta matéria, a Câmara Municipal tem provas dadas que estão a trabalhar e quem está nesta Assembleia Municipal já assistiu como defendeu, de forma acérrima, a situação da reciclagem.

Acrescentou que o aterro está em fim de vida e tem que se perceber o que terá de ser feito. Há resíduos que não se reciclam e o que não se recicla tem que ter um tratamento final. Estão há quinze anos sem tomar nenhuma decisão sobre o que vai acontecer a estes resíduos e crê que, provavelmente, se vão passar mais quinze anos sem haver uma decisão tomada. Expôs que serão as gerações futuras que vão sair deste processo penalizadas, sem solução, pela incapacidade de junto de quem sabe, com calma e sensatez, chegar a um consenso nesta matéria.

Afirmou que as políticas de reciclagem são para manter e cumprir. Existem metas comunitárias, com objetivos até 2020, muito duras para os Municípios, em termos de cumprimento da reciclagem. Os resultados têm sido bons em todos os Municípios, os índices de reciclagem têm aumentado e a incineradora não vai diminuir essa situação, é preciso resolver a situação dos resíduos que não são recicláveis.

Sobre o encargo dos 260.000,00 € a Senhora Presidente da Câmara informou de que nada tem a ver com a incineradora e como já referiu trata-se do compromisso financeiro que o Município despende para ter o serviço de recolha de resíduos sólidos que dispõe diariamente.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os esclarecimentos prestados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Carlos Augusto Furtado pediu novamente a palavra e congratulou a Câmara Municipal pela iniciativa de criar um Ecocentro no Parque Municipal de Obras. Expôs que numa

sessão da Assembleia Municipal que assistiu teve o prazer de ver a Senhora Presidente da Câmara Municipal defender o assunto sobre a reciclagem. Referiu que a incineradora da Ilha Terceira não está no limite da sua capacidade, a Ilha da Madeira exporta os seus resíduos para a Terceira. Em seu entender, se a Ilha Terceira tem capacidade para receber os resíduos da Ilha da Madeira também terá capacidade para receber os resíduos da Ilha de São Miguel.

Referiu que pela resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal não percebeu se a Senhora Presidente da Câmara é a favor ou contra a incineradora em São Miguel.

Relativamente ao encargo dos 260.000,00 € e à pergunta que a Senhora Presidente da Câmara fez se conhecia alguma empresa que se disponha a prestar um serviço mais barato, respondeu que sim que conhecia – a Câmara Municipal de Lagoa. A mesma Câmara Municipal que em 2010, vendeu quatro viaturas de recolha de resíduos sólidos, duas delas em bom estado de uso, por 11.500,00 €. Na altura, defendeu que era um erro crasso desta Câmara Municipal delegar a recolha de RSU a uma empresa particular e um dos argumentos que na altura usou e agora prova-se que é verdade, era as mil maravilhas que a recolha iria ser feita, por um valor residual, tudo iria funcionar bem, era o paraíso na recolha de RSU. Sempre disse que não se devia delegar esse tipo de serviço que é algo muito importante para o Concelho e passados 6 anos, dizem que não têm capacidade financeira para fazer pelo preço que, inicialmente, anunciaram e precisam de mais 260.000,00 € por ano. Em sua opinião, não se devia ter delegado a recolha de RSU numa empresa, deveria manter-se sob a alçada da Câmara Municipal, seria a forma mais económica, mais rentável e controlável ao mês.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu novamente a intervenção do Senhor Carlos Augusto Furtado e passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que já deu uma entrevista pública, nomeadamente, ao Jornal Diário da Lagoa, assumindo a sua posição em relação à incineradora e disse que era a favor. Poderão ler a sua entrevista no Jornal Diário da Lagoa, pois foi muito clara na sua posição.

Expôs que as viaturas de recolha de RSU são uma vertente, não participou na decisão tomada na altura, por isso reporta-se ao presente. Atualmente, essas viaturas já deviam de estar obsoletas. Mas havia a questão do pessoal que era o grande problema desta Câmara Municipal àquela data. Quando um elemento de uma equipa faltava, por motivo de saúde ou outro, tinham que reajustar os percursos e havia atrasos na recolha de RSU no Concelho. Isso tinha um enorme impacto, com o lixo na rua.

Expôs que tem conhecimento que a Câmara Municipal de Ponta Delgada, neste momento, estuda a possibilidade da recolha de RSU passar a ser feita por uma empresa, exatamente por estas razões.

A Câmara Municipal de Lagoa tem 135 trabalhadores, no seu mapa de pessoal, e do pessoal afeto ao Parque Municipal de Obras, retirando os que se encontram de atestado médico, não deve de ter mais do que 30 ou 35 trabalhadores no efetivo. Pelo que, não havia trabalhadores em número suficiente para formar equipas de trabalho e também com o avançar da idade, não é um trabalho para qualquer pessoa. Por via do enquadramento legislativo, a Câmara Municipal não pode contratar outros trabalhadores, a atual legislação também veio criar entraves à contratação de pessoal na função pública. O recurso a uma empresa privada foi para poder corrigir esses problemas que estavam a decorrer naquele momento e uma empresa, naturalmente, tem outro tipo de mecanismos que não são aqueles que as Entidades Públicas estão sujeitas. Foi a solução que três Municípios tomaram naquela data e que outros vão seguir.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que atendendo que esta área foi delegada na Senhora Vereadora Elisabete Tavares, pediu que esta respondesse e clarificasse o Senhor Carlos Augusto Furtado das afirmações que fez.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e informou de que o encargo dos 260.000,00 € foi fixado com base em preços de 2008, passados quase dez anos, a Câmara Municipal está a pagar o serviço a preços de 2008. Também não fazia parte do Órgão Executivo aquando da decisão de se externalizar esses serviços e serem concessionados a uma empresa externa, à Recolte. O fundamento desta decisão teve a ver com o elevado grau de obsolescência técnica dos recursos existentes.

Referiu que atendendo que está presente nesta sessão o Eng.º Nelson Santos, da empresa Recolte, empresa que presta o serviço de recolha de RSU no Concelho de Lagoa, questionou qual o preço de uma viatura de RSU e quantas viaturas a empresa possui para a Ilha de S. Miguel. Devidamente autorizado, o Eng.º Nelson Santos, da empresa Recolte, respondeu que cada viatura custa entre 180 a 200 mil euros e a empresa Recolte possui uma frota de 19 viaturas de RSU na Ilha de São Miguel.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares informou de que a grande vantagem de se externalizar esse serviço foi que os custos de estrutura passaram a ser divididos pelos três Municípios e a empresa EIRSU, S.A. beneficia de ganhos de escala.

Acrescentou que seria impensável colocar hoje os serviços de recolha de RSU na Câmara Municipal de Lagoa. Seria necessário ter trabalhadores qualificados, um corpo técnico qualificado, licenciamentos e seguros específicos. Pode garantir que nenhuma das Câmaras Municipais que integra a empresa EIRSU, S.A. está preparada para fazer novamente aquele serviço.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Elisabete Tavares.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que foram abordados dois pontos que são essenciais e merecem ser analisados nesta Assembleia Municipal.

Como a Senhora Vereadora Elisabete Tavares informou houve vantagens na externalização do serviço de recolha de RSU para a empresa EIRSU, S.A. que agrega três Municípios e negocia com privados a prestação do serviço. Em sua opinião, a empresa EIRSU, S.A. tem que monitorizar e saber quando é que o mercado é mais apetecível.

Relativamente à incineradora, referiu que até agora não houve nenhuma proposta alternativa concreta à incineradora e, em sua opinião pessoal, pode-se discutir o dimensionamento da incineradora em causa, para não acontecer o que aconteceu na Ilha Terceira.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção de todos e os esclarecimentos prestados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Antes de dar por terminada esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, gostaria de, mais uma vez, agradecer a presença de todos e desejar a todos um Bom Carnaval.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
